



Administração Pública e Gestão Social  
ISSN: 2175-5787  
apgs@ufv.br  
Universidade Federal de Viçosa  
Brasil

# Características Políticas e Eleitorais e o Efeito no Endividamento dos Estados Brasileiros

**Baldissera, Juliano Francisco; Araújo, Maria Piedade**

Características Políticas e Eleitorais e o Efeito no Endividamento dos Estados Brasileiros

Administração Pública e Gestão Social, vol. 13, núm. 1, 2021

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351564966003>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivar 3.0 Internacional.

## Características Políticas e Eleitorais e o Efeito no Endividamento dos Estados Brasileiros

Political and Electoral Characteristics Effect on of Public-Debt in Brazilian States

Características Políticas y Electorales y su Efectos sobre la Deuda de los Estados Brasileños

*Juliano Francisco Baldissera*

*Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil*

juliano.baldissera@hotmail.com

Redalyc: [http://www.redalyc.org/articulo.oa?](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351564966003)

id=351564966003

*Maria Piedade Araújo*

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste),*

*Brasil*

Maria.Araujo@unioeste.br

Recepción: 01 Abril 2019

Aprobación: 06 Noviembre 2019

Publicación: 01 Enero 2021

### RESUMO:

**Objetivo da Pesquisa:** O objetivo da pesquisa é analisar a influência do ano eleitoral, mudança de gestor público e mandato eleitoral sobre o endividamento dos estados brasileiros.

**Enquadramento Teórico:** Este estudo aborda as teorias do Endividamento Público e dos Ciclos Políticos.

**Metodologia:** A partir de dados dos estados brasileiros no período de 2000 a 2016, utilizou-se da estatística descritiva e da regressão linear múltipla com dados em painel para estimar os efeitos das características políticas e eleitorais no endividamento.

**Resultados:** Os resultados sugerem que não existe determinação do endividamento em função do ano eleitoral, da mudança do gestor público e do mandato eleitoral. Entretanto, aspectos demográficos e ideológicos mostraram relação significativa.

**Originalidade:** Ampliar os conhecimentos sobre ciclos políticos-orçamentários, sobretudo na esfera estadual, além de buscar melhorar a compreensão sobre o fenômeno da manipulação do endividamento em períodos eleitorais e sobre fatores políticos, mediante evidências que demonstrem a variação do endividamento em função do ano eleitoral, da mudança do gestor público e do mandato eleitoral.

**Contribuições teóricas e práticas:** A variação do endividamento em função dos ciclos políticos pode demonstrar um esforço dos políticos em demonstrarem compromisso com a gestão econômica e responsável e, com isso, buscar apoio eleitoral. Os aspectos legais, o controle social e externo, além dos aspectos burocráticos restringem o endividamento em função do ciclo eleitoral. Entretanto, essas evidências indicam que poderia existir assimetria de informação e gerenciamento de resultados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade Governamental, Ciclos Políticos, Endividamento Público, Ano Eleitoral, Mandato Eleitoral.

### ABSTRACT:

**Research Objective:** The objective of the research is to analyze the influence of the electoral year, change of public manager and electoral mandate on the indebtedness of Brazilian states.

**Theoretical Framework:** This study addresses the theories of Public Debt and Political Cycles.

**Methodology:** Based on data from Brazilian states from 2000 to 2016, descriptive statistics and multiple linear regression with panel data were used to estimate the effects of political and electoral characteristics on indebtedness.

**Results:** The results suggest that there is no determination of indebtedness due to the electoral year, the change in the public manager and the electoral mandate. However, demographic and ideological aspects showed a significant relationship.

**Originality:** Expand knowledge about political-budget cycles, especially at the state level, in addition to seeking to improve the understanding of the phenomenon of debt manipulation in electoral periods and about political factors, through evidence that shows the variation in indebtedness according to the election year, the change of public manager and the electoral mandate.

**Theoretical and practical contributions:** The variation in indebtedness according to political cycles can demonstrate an effort by politicians to demonstrate commitment to economic and responsible management and, therefore, seek electoral support. Legal aspects, social and external control, bureaucratic aspects restrict indebtedness according to the electoral cycle. However, this evidence indicates that there could be information asymmetry and earnings management

**KEYWORDS:** Government Accounting, Political Cycles, Public Indebtedness, Electoral Year, Electoral Mandate.

## RESUMEN:

**Objetivo de la investigación:** El objetivo de la investigación es analizar la influencia del año electoral, el cambio de administrador público y el mandato electoral sobre el endeudamiento de los estados brasileños.

**Marco teórico:** Este estudio aborda las teorías de la deuda pública y los ciclos políticos.

**Metodología:** Con base en datos de los estados brasileños de 2000 a 2016, se utilizaron estadísticas descriptivas y regresión lineal múltiple con datos de panel para estimar los efectos de las características políticas y electorales sobre el endeudamiento.

**Resultados:** Los resultados sugieren que no hay determinación de endeudamiento debido al año electoral, el cambio de administrador público y el mandato electoral. Sin embargo, los aspectos demográficos e ideológicos mostraron una relación significativa.

**Originalidad:** ampliar el conocimiento sobre los ciclos político-presupuestarios, especialmente a nivel estatal, además de buscar mejorar la comprensión del fenómeno de la manipulación de la deuda en los períodos electorales y sobre los factores políticos, a través de evidencias que demuestren la variación del endeudamiento según el año electoral, el cambio de gestor público y el mandato electoral.

**Aportes teóricos y prácticos:** La variación del endeudamiento según los ciclos políticos puede demostrar un esfuerzo de los políticos por demostrar compromiso con la gestión económica y responsable y, por tanto, buscar apoyo electoral. Aspectos legales, control social y externo, aspectos burocráticos restringen el endeudamiento según el ciclo electoral. Sin embargo, esta evidencia indica que podría haber asimetría de información y manejo de ganancias.

**PALABRAS CLAVE:** Contabilidade Governamental, Ciclos Políticos, Endividamento Público, Ano Eleitoral, Mandato Eleitoral.

## 1 INTRODUÇÃO

Aspectos políticos e eleitorais e as instituições políticas desempenham um papel importante no desenvolvimento da dívida pública (Persson, Roland, & Tabellini, 1997). A teoria política assume que os ciclos eleitorais influenciam as finanças públicas, visto que os gestores públicos utilizam as despesas orçamentárias ou dívidas para influenciar os eleitores e serem reeleitos (Blais & Nadeau, 1992). Um político que busca a reeleição se comporta oportunamente promovendo políticas econômicas expansionistas antes das eleições (Nordhaus, 1975).

O endividamento é uma variável importante quando se trata do ciclo político fiscal. O endividamento público resulta de despesas superiores às receitas do ente público, cenário que somente se tornou possível devido à concessão de créditos por terceiro, seja de forma voluntária ou não (Macedo & Corbari, 2009), o que ocorre em virtude da ausência de instituições orçamentárias apropriadas para a manutenção da performance fiscal dos estados e municípios (Alesina & Perotti, 1999; Mendes & Rocha, 2003; Macedo & Corbari, 2009). Nesse sentido, espera-se políticas fiscais mais intensas nos últimos anos de um mandato para o grupo de políticos do primeiro mandato do que para o grupo de políticos que são legalmente impedidos de concorrer à reeleição (Klein & Sakurai, 2015). Assim, o ano eleitoral, a mudança de gestor público e o mandato eleitoral são variáveis normalmente discutidas nesses estudos.

Diante deste cenário, da necessidade de avaliar o comportamento do endividamento frente a mudanças políticas e eleitorais, tem-se a questão de pesquisa: qual a influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre o endividamento dos estados brasileiros? Para tanto, o objetivo da pesquisa é analisar a influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre o endividamento dos estados brasileiros.

Os efeitos do alto endividamento têm ramificações políticas, o aumento das despesas em pagamentos de juros para o endividamento leva à redução do espaço fiscal para outras formas de despesa pública e o aumento da volatilidade eleitoral (Nooruddin & Chhibber, 2008). Apesar disso, a literatura sobre ciclos políticos não fornece respostas simples para a relação entre eleições e mudanças na política econômica (Queiroz, 2017). Essas respostas dependem de diversos fatores, como o sistema eleitoral e governamental, a motivação dos

candidatos, o processo de tomada de decisões governamentais, entre outros fatores (Brender & Drazen, 2013).

Por isso, diversos estudos têm dispendido esforços para estudar e tentar entender os efeitos políticos sobre os ciclos políticos fiscais. Em nível internacional tem-se os trabalhos que seguem: Blais e Nadeau (1992), Peltzman (1992), Besley e Case (1995), Clingermayer e Wood (1995), Galli e Rossi (2002), Brender (2003), Tsebelis e Chang (2004), Brenden e Drazen (2008), Ashworth, Geys e Heyndels (2005), Jones e Olken (2005), Shi e Svensson (2006), Geys (2007), Lago e Lago (2008), Alt, Mesquisa e Rose (2011), Jochimsen e Nuscheler (2011), Bastida, Beyaert e Benito (2013), Brender e Drazen (2013) e Sáez (2016). Já entre os estudos brasileiros tem-se Meneguín e Bugarin (2001), Arvate, Mendes e Rocha (2010), Sakurai e Menezes (2011), Vicente e Nascimento (2012), Klein e Sakurai (2015), Queiroz, Souza, Morais e Silva (2016) e Queiroz (2017). Ainda assim, no contexto brasileiro não se observa pesquisas que tratam do endividamento em função do ano eleitoral, da mudança do gestor público e do mandato eleitoral, de modo que esta pesquisa pretende avançar nesse sentido.

O ano eleitoral é uma variável que esses estudos têm discutido. Governos estaduais podem ter um incentivo para alterar suas despesas fiscais em relação ao que podem parecer medidas fiscalmente prudentes quando uma eleição está prestes a ocorrer (Sáez, 2016). Este pode ser um esforço dos políticos para demonstrar aos eleitores seu compromisso com a gestão econômica responsável e buscar apoio eleitoral nessa base (Rogoff & Sibert, 1988).

Quando existe a mudança de gestor público, os políticos em exercício têm um incentivo para priorizar as despesas com itens fiscais clientelistas que possam garantir a reeleição, ou então sobrecarregar potenciais candidatos com questões politicamente não tão bem vistas, como é o aumento do endividamento e pagamento de juros sobre a dívida (Sáez, 2016). Outros estudos também indicam que a mudança no comando das organizações públicas pode provocar mudanças nos gastos públicos e no endividamento (Tsebelis & Chang, 2004; Sáez, 2016; Queiroz, 2017).

Os gestores que estão em um primeiro mandato possuem mais incentivos para se comportarem de forma oportunista comparando-se àqueles que estão em um segundo mandato, já que possuem o interesse de permanecer no poder (Queiroz, 2017). No Brasil, Klein e Sakurai (2015), Queiroz, Souza, Morais e Silva (2016) e Queiroz (2017) buscaram verificar como o mandato eleitoral influencia a política fiscal de municípios e estados.

Desse modo, no contexto brasileiro, torna-se imprescindível ampliar os conhecimentos sobre ciclos políticos-orçamentários, sobretudo na esfera estadual. Portanto, busca-se melhorar a compreensão sobre o fenômeno da manipulação do endividamento em períodos eleitorais e sobre fatores políticos, mediante evidências que demonstrem a variação do endividamento em função do ano eleitoral, da mudança do gestor público e do mandato eleitoral.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Endividamento Público e a Teoria dos Ciclos Políticos

O endividamento público resulta de uma relação superior das despesas frente às receitas do ente público, o que somente se torna possível em face da concessão de créditos por terceiro de forma voluntária ou não (Macedo & Corbari, 2009). A concessão de créditos de forma voluntária dá-se quando o ente público obtém empréstimos nas instituições financeiras oficiais do Estado ou da União, ou até mesmo do mercado financeiro, utilizado para financiar a diferença entre as receitas e despesas, em que surge a necessidade, também, de pagar juros e encargos financeiros (Corbari, 2008; Macedo & Corbari, 2009). A concessão

involuntária, *déficits*, diz respeito ao não pagamento de fornecedores e (ou) funcionários públicos (Corbari, 2008; Macedo & Corbari, 2009).

No Brasil, as decisões relativas aos gastos são oriundas de autoridades subnacionais (estados e municípios), os quais normalmente não possuem receitas próprias suficientes para cumprir com as obrigações atribuídas, o que leva a aumentar ainda mais o endividamento nesses casos (Macedo & Corbari, 2009; Pinto, Coronel, Vieira, & Ceretta, 2015). A rigidez das despesas da União dificulta ainda mais a compensação de gastos públicos desses entes por parte do Governo Central (Macedo & Corbari, 2009). Outra crítica é pelo fato de que o endividamento pode gerar despesas políticas eleitoreiras, deixando estes encargos para a gestão posterior (Pinto *et al.*, 2015).

Diante da necessidade de controlar o endividamento público, foi editada a Lei Complementar n. 101/2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF buscou exigir do gestor público uma gestão fiscal responsável baseada no planejamento, controle e transparência (Macedo & Corbari, 2009). Essa lei buscou melhorar a qualidade das ações de gestão fiscal dos recursos públicos e coibir os abusos que provocam danos ou prejuízos ao patrimônio público (Matias-Pereira, 2006).

A LRF trouxe restrições para o endividamento público, estabelecendo limites em relação ao montante da dívida e sobre a obtenção de novos empréstimos (Gerigk, Clemente & Ribeiro, 2014). Entre as evidências do impacto da LRF no endividamento público, tem-se o estudo de Macedo e Corbari (2009), no qual se observou que a gestão da dívida e das fontes de recursos passou a ser mais efetiva e a rolagem da dívida deixou de ser uma prática dos municípios. Ainda assim tem-se muita discussão a respeito do endividamento público dentro dos ciclos políticos.

A questão do endividamento, gastos públicos e outras escolhas públicas em função de fatores políticos eleitorais começou a ser discutida por Downs (1957), estabelecendo as bases da Teoria dos Ciclos Políticos ao analisar como os governantes são instigados a agir em causa própria em detrimento do bem-estar social (Queiroz *et al.*, 2016). Downs (1957) estabelece a relação entre a situação econômica e o calendário eleitoral, em que a função social de executar políticas públicas é realizada em função do interesse particular do gestor público.

Duas vertentes destacam-se na Teoria dos Ciclos Políticos, a *Political Business Cycle* de Nordhaus (1975) e a *Political Budget Cycle* de Rogoff (1990). A *Political Business Cycle* avalia a influência dos ciclos políticos sobre as taxas de desemprego e a inflação obtidas em uma economia (Nordhaus, 1975). A *Political Budget Cycle* parte da premissa de que o governo observa um indicador de desempenho antes dos eleitores (Rogoff, 1990). Nessa última vertente, os gestores possuem o incentivo para distorcer a política fiscal no período que antecede as eleições com o objetivo de sinalizar competência e aumentar suas chances de sucesso eleitoral (Queiroz, 2017).

O Ciclo Político-Orçamentário estabelecido por Rogoff (1990), baseia-se, portanto, na manipulação fiscal e não da inflação e produção, o que fez surgir uma nova abordagem em que se avalia os ciclos eleitorais em outras variáveis, como impostos, transferências, gastos de consumo e investimentos do governo. Os modelos cujas explicações são baseadas na política fiscal formam uma base mais sólida para um modelo teórico convincente da influência das características eleitorais sobre os resultados econômicos (Drazen, 2001).

Outra constatação observada por essa vertente foi a existência de informação incompleta que proporciona ao político o incentivo de distorcer a política fiscal antes da eleição para aumentar sua probabilidade de reeleição, por isso, esses ciclos derivariam de assimetrias informacionais (Rogoff, 1990; Rogoff & Sibert, 1988; Vicente & Nascimento, 2012).

Nesse caso, os governantes começaram a ser chamados de “oportunistas” e “ideológicos”. Oportunistas porque escolhem políticas que maximizem a chance de sua reeleição sem se prender a situações passadas, à fidelidade aos ideais partidários ou aos impactos esperados na economia. Ideológicos pelo fato de que focam determinados objetivos sociais e políticos, não são movidos pela vontade de manutenção no poder e não buscam a popularidade junto aos eleitores (Vicente & Nascimento, 2012).



Dentre os estudos que envolvem a *Political Budget Cycle* três variáveis têm-se destacado e mostraram-se importantes nas discussões: ano eleitoral, mudança do gestor público e o mandato eleitoral.

## 2.2 Estudos Anteriores e Hipóteses da Pesquisa

### 2.2.1 Ano Eleitoral e o Endividamento

Evidências nos EUA mostraram que os governantes aumentam a dívida durante os anos de eleição governamental e nos anos imediatamente anteriores à eleição (Clingermayer & Wood, 1995). Blais e Nadeau (1992) também encontraram evidência de aumentos nos gastos totais e do *déficit* no ano de eleição, ainda que esse impacto não tenha sido tão forte sobre o ciclo eleitoral.

Em outro estudo realizado na Alemanha por Galli e Rossi (2002), durante o período de 1974 a 1994, observou-se menores despesas totais e em cada categoria de gastos em anos não eleitorais. Também constatou-se que o *déficit* foi maior nos anos eleitorais, o que corrobora com os pressupostos teóricos dos ciclos eleitorais. Corroborando com este estudo, Ashworth *et al.* (2005) analisou 298 municípios flamengos entre 1977 e 2000 e percebeu que o endividamento diminui após as eleições e aumenta quando está próximo às eleições. Da mesma forma, Geys (2007), com 296 municípios flamengos, encontrou evidências de que no ano eleitoral o nível de dívidas é maior.

Shi e Svensson (2006) exploraram a diferença entre os ciclos em economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Observaram que o *déficit* aumenta em anos eleitorais, mostrando-se mais expressivo em países cujos eleitores são menos informados, o que pode explicar a assimetria de informação. Lago e Lago (2008) observaram que desvios ascendentes no *déficit* tendem a aumentar nos anos eleitorais. Estudo mais recente, de Bastida *et al.* (2013) em 238 municípios espanhóis no período de 1992 a 2005, mostrou que o ciclo eleitoral influencia a dívida municipal per capita.

Entretanto, já no estudo realizado por Jochimsen e Nuscheler (2011) não foi encontrado resultado significativo quando comparado o endividamento e os anos eleitorais e pré-eleitorais. O estudo foi realizado com estados regionais alemães durante o período de 1960 a 2005. O estudo, portanto, rejeitou a hipótese de que existisse ciclo oportunista frente ao crescimento dos *déficits* públicos. A justificativa do estudo é pelo fato de que os eleitores alemães seriam mais racionais e por isso seriam mais a favor da disciplina fiscal.

Assim, de forma geral, apesar de o estudo de Jochimsen e Nuscheler (2011) ter encontrado evidência contrária ao esperado pela teoria, outras pesquisas (como de Blais & Nadeau, 1992; Clingermayer & Wood, 1995; Galli & Rossi, 2002; Ashworth *et al.*, 2005; Shi & Svensson, 2006; Geys, 2007; Lago & Lago, 2008; Bastida *et al.*, 2013) têm-se encaminhado para confirmar os pressupostos da teoria.

Argumentação que se dá é que os gestores públicos buscam maximizar a sua probabilidade de reeleição (Rosenberg, 1992). Assim, os governos utilizam informações incompletas e tentam sinalizar a competência antes das eleições, reduzindo os impostos e aumentando os gastos (dívida) para conseguir a reeleição (Galli & Rossi, 2002).

O *Political Budget Cycle* ocorre devido a assimetrias de informações sobre a capacidade dos gestores públicos atuais em fornecer serviços públicos (Bastida *et al.*, 2013), o que até mesmo parece ser contrário ao paradigma das expectativas racionais dos eleitores. A manipulação contínua do orçamento deveria ser percebida pelos eleitores e ser compensada de um ponto de vista racional prospectivo (Blais & Nadeau, 1992). Além disso, o endividamento pode ser utilizado como um instrumento de compromisso político em um jogo político entre governos atuais e futuros (Pettersson-Lidbom, 2001).

Considerando os estudos empíricos e a base teórica discutida (Blais & Nadeau, 1992; Clingermayer & Wood, 1995; Galli & Rossi, 2002; Ashworth *et al.*, 2005; Shi & Svensson, 2006; Geys, 2007; Lago & Lago, 2008; Bastida *et al.*, 2013), é possível formular a primeira hipótese.

H<sub>1</sub>: O ano eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos estados brasileiros.

### 2.2.2 Mudança de Gestor Público e o Endividamento

Com o objetivo de analisar a alteração da composição do orçamento em um espaço político, Tsebelis e Chang (2004) conduziram uma pesquisa com 19 países industrializados no período 1973 a 1995. Eles perceberam que as mudanças na composição do orçamento e dos *déficits* orçamentários estão positivamente relacionadas com as diferenças ideológicas entre o governo atual e do ano anterior.

Jones e Olken (2005) avaliaram a mudança de 57 líderes provocadas por morte natural ou por acidentes entre o período de 1945 a 2000. Os resultados indicam que os líderes são importantes para o crescimento e, também, das políticas públicas de governo. Entretanto, observou-se que essa mudança não teve relação significativa com o crescimento das despesas públicas.

Avaliando 71 democracias durante o período de 1972 a 2009, o estudo realizado por Brender e Drazen (2013) observou que as mudanças de gestores públicos não influenciam a composição das despesas públicas. Como justificativa, os autores mencionam que um gestor recém-eleito leva um tempo considerável para efetuar mudanças na composição dos gastos governamentais, devido a restrições legais, burocráticas e ao processo de aprendizagem após a eleição.

Em estudo mais recente, Sáez (2016) observou que a mudança de gestor público faz com que este indivíduo tenha um incentivo para priorizar despesas com itens fiscais clientelistas que podem garantir a ele a reeleição. Por fim, Queiroz (2017) observou que a mudança de governador tem relação positiva significativa com a mudança na composição do gasto público do estado.

Apesar de alguns estudos não terem corroborado com o pressuposto de que a mudança de gestor impacta a estrutura orçamentária do ente público (Jones & Olken, 2005; Brender & Drazen, 2013), percebe-se que outros estudos observam essa relação de forma oposta (Tsebelis & Chang, 2004; Sáez, 2016; Queiroz, 2017). Dessa forma, considerando os preceitos teóricos e as evidências empíricas de estudos anteriores, tem-se a segunda hipótese.

H<sub>2</sub>: A mudança do gestor público exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos estados brasileiros.

### 2.2.3 Mandato Eleitoral e o Endividamento

O *Political Budget Cycle* estabelecido conforme Rogoff (1990) estabelece que os gestores se comportam de forma oportunista, o que sugere, então, que os governantes em seu primeiro mandato tenham mais incentivo para se comportar dessa forma em comparação àqueles que estão em um segundo mandato (Queiroz, 2017).

Peltzman (1992), em um estudo realizado com 48 estados dos EUA nos anos de 1950 a 1986 observou que os eleitores penalizam o crescimento das despesas federais e estaduais. Besley e Case (1995) perceberam que os gestores que proporcionam maiores retornos no primeiro trimestre aos eleitores têm mais chances de serem reeleitos.

Da mesma forma, Meneguín e Bugarin (2001) argumentaram que a possibilidade de reeleição incentivaria os governantes a não se endividarem de forma excessiva, tendo como justificativa o fato de que eles mesmos poderiam arcar com os custos da dívida caso fossem reeleitos. Brender (2003) e Brender e Drazen (2008) encontraram evidências de que a produção de *déficits* e o aumento da dívida diminui a probabilidade de reeleição em Israel e em democracias antigas, mas não em democracias jovens.

Por fim, o estudo realizado por Alt *et al.* (2011) nos Estados Unidos (EUA) observou que nos estados em que os governantes são candidatos à reeleição, a atividade econômica é maior e os impostos e gastos menores.

Portanto, constatou que os titulares que não são reelegíveis, os resultados das políticas são melhores, o que confirma um efeito de competência.

Observando as evidências e discussões apresentadas (Peltzman, 1992; Besley & Case, 1995; Meneguín & Bugarin, 2001; Brender, 2003; Brenden & Drazen, 2008; Alt *et al.*, 2011), percebe-se que esses estudos levam ao entendimento que o gestor público no primeiro mandato eleitoral busca sinalizar um endividamento menor com o objetivo de ser reeleito na próxima eleição. Assim, é possível formular a terceira hipótese.

H<sub>3</sub>: O mandato eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos estados brasileiros.

#### 2.2.4 Aspectos Demográficos, Ideologia Política, Coligação Partidária e o Endividamento

Existem outros fatores que também se incluem na discussão dos ciclos políticos. O primeiro deles é a relação entre a população e o endividamento. Rivers e Yates (1997) argumentam teoricamente que o crescimento da população causa aumento de gastos municipais. Municípios e estados maiores recebem maiores demandas de gastos públicos de seus cidadãos (Ashworth *et al.*, 2005), o que justifica os resultados encontrados por Pettersson-Lidbom (2001) de que o aumento da população afeta positivamente o nível de endividamento.

Quanto à ideologia política, normalmente os estudos têm assumido que os partidos de esquerda favorecem o aumento da despesa pública, enquanto os partidos de direita visam reduções orçamentárias, tanto em nível nacional como subnacional (Seitz 2000; Allers, Haan, & Sterks, 2001; Tellier, 2006). Dickson e Yu (1997) concluem que os entes municipais de esquerda gastam mais do que a direita. Borge (1995) argumenta que os partidos de esquerda contribuem para aumentar a renda e os desembolsos públicos. Os partidos de direita costumam apresentar-se como fiscalmente responsáveis (Bartels, 2008). Apesar disso, outros estudos já demonstram resultados inconclusivos. Lago e Lago (2008) e Bastida *et al.* (2013), por exemplo, mostraram que a ideologia política não é relevante para explicar o endividamento.

A coligação partidária também é variável importante nesses estudos. Rumi (2014) demonstrou que as províncias argentinas alinhadas politicamente com o governo central recebem mais transferências federais voluntárias nos anos eleitorais. Um estudo brasileiro, realizado por Ferreira e Bugarin (2007), evidenciou que os prefeitos que estão alinhados politicamente com o presidente ou com os governadores recebem mais transferências voluntárias desses níveis de governos durante as eleições. Esses resultados sugerem que governadores e presidentes que pertencem à mesma coligação partidária tendem a desequilibrar suas contas devido à maior facilidade que eles têm em receber recursos e superar adversidades.

### 3 METODOLOGIA

O objeto deste estudo consiste nos estados brasileiros, haja vista a acessibilidade de informações sobre os dados contábeis e orçamentários e sobre as eleições e características políticas dos mesmos. O período delimitado foi o de 2000 a 2016, já que foram os anos em que se tem disponíveis os dados necessários para todas as variáveis dessa pesquisa.

O endividamento foi calculado de acordo com o estudo de Macedo e Corbari (2009). As informações eleitorais foram obtidas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por fim, coletaram-se os dados sobre a população e respectivas regiões estaduais no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As variáveis dependente, explicativas e de controle, estão evidenciadas na Tabela 1, a qual identifica a classificação, descrição e relação esperada de acordo com a literatura.



Tabela 1 -Descrição das Variáveis da Pesquisa

	Descrição	Código	Descrição	Expect.
<b>VARIÁVEL DEPENDENTE</b>	Endividamento	END	Indica quanto da Receita Corrente Líquida (RCL) é necessário para quitar o montante das dívidas de curto (PF) e longo prazo (PP), deduzidas as disponibilidades de caixa (AF).	
	Ano Eleitoral	AE	Variável <i>dummy</i> com valor 1 se for ano de eleição, 0 (zero) caso contrário.	+
<b>VARIÁVEIS EXPLICATIVAS</b>	Mudança de Gestor Público	MGP	Variável <i>dummy</i> com valor 1 se o governador do estado é diferente do ano anterior, 0 (zero) caso contrário.	+
	Primeiro Mandato Eleitoral	PME	Variável <i>dummy</i> com valor 1 se o governador do estado exerce o primeiro mandato eleitoral, 0 (zero) caso contrário.	-
	População	POP	Logaritmo natural da população	+
	Esquerda	ESQ	Variável <i>dummy</i> categórica com valor 1 se o partido político do governador é de esquerda, 0 (zero) caso contrário.	+
	Direita	DIR	Variável <i>dummy</i> categórica com valor 1 se o partido político do governador é de direita, 0 (zero) caso contrário.	-
	Coligação Partidária	CP	Variável <i>dummy</i> categórica com valor 1 se o partido do governador pertence à coligação do presidente, 0 (zero) caso contrário.	+
	Região Norte	N	Variável <i>dummy</i> categórica com valor 1 se o estado pertence à região Norte, 0 (zero) caso contrário.	+
	Região Sudeste	SE	Variável <i>dummy</i> categórica com valor 1 se o estado pertence à região Sudeste, 0 (zero) caso contrário.	+
	Região Centro-oeste	CO	Variável <i>dummy</i> categórica com valor 1 se o estado pertence à região Centro-oeste, 0 (zero) caso contrário.	-
	Região Sul	S	Variável <i>dummy</i> categórica com valor 1 se o estado pertence à região Sul, 0 (zero) caso contrário.	+

A variável dependente consiste no endividamento dos estados brasileiros (END). Tal indicador foi utilizado já em outros estudos, como o de Macedo e Corbari (2009), Linhares, Penna e Borges (2013), Pinto, Coronel, Vieira e Ceretta (2015). Este índice busca refletir o quanto da Receita Corrente Líquida (RCL) é necessário para quitar as dívidas de curto e longo prazo, deduzindo-se as disponibilidades de caixa. Espera-se que as variáveis políticas expliquem a variação dos níveis de endividamento. O cálculo do endividamento dos estados é apresentado na Equação 1.

Equação 1

$$END = \frac{PP + (PF - AF)}{RCL}$$

Em que:

END = Endividamento do estado

PP = Passivo Permanente do estado

PF = Passivo Financeiro do estado

AF = Ativo Financeiro do estado

RCL = Receita Corrente Líquida do estado

As variáveis explicativas deste modelo foram formuladas a partir dos estudos de Queiroz (2015), Queiroz *et al.* (2016) e Queiroz (2017). Verificou-se que nos estudos anteriores a maioria deles não abordava a relação entre os fatores políticos e o nível de endividamento, por isso este estudo se justifica e busca avançar nesse sentido.

A variável AE busca verificar a influência do ano eleitoral, isto é, caso seja ano de eleição, sobre o END. A variável MGP objetiva identificar a influência da mudança de governador dos estados brasileiros sobre o END. Por fim, a variável PME busca identificar qual o efeito do primeiro mandato eleitoral sobre o END.

Além dessas variáveis, alguns estudos (Arvate *et al.*, 2010; Sakurai & Menezes, 2011; Vicente & Nascimento, 2012) demonstram que uma série de fatores também podem influenciar na gestão pública.

As variáveis categóricas ESQ e DIR refletem a influência do viés ideológico dos partidos dos governadores sobre o nível de governança eletrônica estabelecido pelos estados brasileiros. Utilizou-se as pesquisas de Sakurai e Menezes (2011) e Klein e Sakurai (2015) para definir o viés ideológico dos partidos. Assim, tem-se que os partidos de centro são o Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os quais foram utilizados como referência, os partidos de esquerda são Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Popular Socialista (PPS, atual Cidadania), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido da Mobilização Nacional (PMN), já os partidos de direita são Partido da Frente Liberal (PFL, atual Democratas), Partido Progressista (PP, atual Progressistas) e Democratas (DEM).

A variável CP busca verificar a influência política do presidente, quando o partido político do governador for o mesmo que o do presidente, sobre o END. Assim, tem-se que quando houver igualdade entre a coligação partidária entre o governador e presidente, classifica-se como 1, e 0 quando não houver.

A variável POP busca capturar influências demográficas sobre os gastos públicos. Para tanto, utilizou-se o logaritmo natural da população dos estados brasileiros. Por fim, incluiu-se as variáveis *dummy* categóricas que representam as regiões brasileiras nas quais o estado está inserido. Como o Brasil tem cinco regiões, utilizou-se quatro variáveis binárias (N, SE, CO e S). Optou-se pela região Nordeste como categoria de referência, visto que possui o maior número de estados na amostra.

Considerando o objetivo de pesquisa, o endividamento foi modelado em função dos três fatores políticos de interesse dessa pesquisa (AE, MGP e PME) descritos na Tabela 1, assim como as demais variáveis de pesquisa (POP, ESQ, DIR, CP, N, SE, CO e S). Utilizou-se a técnica de regressão linear múltipla com dados em painel, uma vez que a amostra é composta por dados temporais e seccionais. A Equação 2 demonstra o modelo utilizado para verificar a influência dos fatores políticos sobre o END.

Equação 2

$$END_{it} = \beta_0 + \beta_1 AE_{it} + \beta_2 MGP_{it} + \beta_3 PME_{it} + \beta_4 POP_{it} + \beta_5 ESQ_{it} + \beta_6 DIR_{it} + \beta_7 CP_{it} + \beta_8 N_{it} + \beta_9 SE_{it} + \beta_{10} CO_{it} + \beta_{11} S_{it} + e_{it}$$

Tendo em vista o procedimento estatístico necessário para o desenvolvimento deste trabalho, como exemplo o cálculo da regressão de dados em painel, utilizou-se dos softwares estatísticos Stata® e Office Excel.

Após a estimação do modelo, verificou-se a significância dos parâmetros pela estatística t e a significância do modelo pela estatística F. Os pressupostos da regressão linear múltipla foram avaliados pelos testes de autocorrelação (Durbin-Watson), testes de heterocedasticidade (Breusch-Pagan/Cook-Weisberg e White) e verificando a existência de multicolinearidade entre as variáveis pelo teste *Variance Inflation Factor* (VIF).

Dentre os modelos existentes para estimação da regressão com dados em painel, destacam-se o da regressão com dados empilhados (*pooled ordinary least squares* - POLS), o modelo de efeitos fixos (MEF) e o de efeitos aleatórios (MEA). Pelos testes realizados, utilizou-se o de efeitos fixos corrigidos pela regressão robusta de White, partindo do pressuposto de que a heterogeneidade individual não observada esteja correlacionada com as variáveis explicativas do modelo (Greene, 2002).

## 4 DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Descrição dos Resultados

Tendo em vista a necessidade de avaliar os dados obtidos, tem-se a Tabela 2, a qual evidencia os dados relacionados aos valores mínimo e máximo, média, desvio padrão, teste de diferença de médias e correlação de cada uma das variáveis desta pesquisa, segregadas nas *dummies* utilizadas.

Tabela 2 - Estatística Descritiva do Endividamento dos Estados brasileiros

Variáveis Independentes	Dummy	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mann-Whitney p-valor	Correlação (sig.)
Ano Eleitoral	0	351	-0,31	7,03	1,36	1,25	0,333	-0,045 (0,332)
	1	108	-0,18	5,89	1,22	1,17		
Mudança do Gestor Público	0	377	-0,31	7,03	1,32	1,23	0,779	0,009 (0,851)
	1	82	-0,21	6,80	1,35	1,23		
Mandato Eleitoral	0	123	0,05	5,89	1,39	1,31	0,754	-0,032 (0,499)
	1	336	-0,31	7,03	1,30	1,20		
Esquerda	0	277	-0,26	6,71	1,29	1,11	0,540	0,035 (0,453)
	1	182	-0,31	7,03	1,38	1,39		
Direita	0	400	-0,31	7,03	1,38	1,28	0,034**	-0,127 (0,006***)
	1	59	-0,26	2,42	0,92	0,65		
Coligação Partidária	0	300	-0,26	6,71	1,28	1,11	0,857	0,051 (0,278)
	1	159	-0,31	7,03	1,41	1,42		
N	0	340	-0,01	7,03	1,56	1,26	0,000***	-0,327 (0,000***)
	1	119	-0,31	4,21	0,65	0,83		
SE	0	391	-0,31	7,03	1,13	1,07	0,000***	0,386 (0,000***)
	1	68	0,55	6,71	2,46	1,46		
CO	0	408	-0,31	7,03	1,26	1,25	0,000***	0,139 (0,003***)
	1	51	0,53	5,50	1,81	0,94		
S	0	408	-0,31	7,03	1,29	1,26	0,000***	0,086 (0,066*)
	1	51	0,48	4,20	1,62	0,87		

\*\*\* Significância ao nível de até 0,01; \*\*Significância ao nível de até 0,05; \* Significância ao nível de 0,10

Observa-se que foram avaliadas 459 observações referentes aos estados brasileiros entre o período de 2000 a 2016. Chama-se a atenção para o fato de que no ano eleitoral (1,22) a média do endividamento dos estados brasileiros é menor que nos demais anos do ciclo eleitoral (1,36). Apesar disso, a diferença entre estas médias não é significativa ao nível de 5%.

Entre o período analisado, observou-se 82 exercícios em que houve mudanças de gestor público. Neste ano que houve mudança de governador do estado em relação ao ano anterior, observa-se que existe um maior endividamento (1,35) que em períodos que não houve essa mudança (1,32), o que pode sugerir que os gastos aumentam quando existe a transição de um governador para outro diferente. Entretanto, novamente, a diferença entre as médias não é significativa ao nível de 5%.

Das 459 observações obtidas, 336 delas se referiam a casos em que o governador estava no primeiro mandato eleitoral, restando 123 observações que representam governadores no segundo mandato. As evidências da estatística descritiva demonstram que quando o governador está no primeiro mandato eleitoral, seu endividamento é menor (1,30) do que quando está no segundo mandato (1,39). Porém, o teste de Mann-Whitney indica que não existe diferença estatística entre as médias.

No que se refere à ideologia política, observa-se que existe diferença estatística entre as médias do endividamento em que os estados brasileiros são governados por partido de direita (0,92) em comparação ao endividamento dos demais estados governados pelos partidos de centro e de esquerda (1,30). A diferença entre as médias do endividamento destes estados governados por partidos de direita frente aos demais foi significativa.

Observou-se que em 159 observações os governadores dos estados eram da mesma coligação partidária do presidente. Quando havia igualdade entre a coligação partidária do governador e do presidente, o endividamento mostrou-se maior (1,41), entretanto, a diferença não foi significativa quando o governador e presidente não pertenciam à mesma coligação.

Entre as regiões brasileiras, observa-se que os estados da região norte foram os que apresentaram o menor endividamento (0,65), a região sudeste foi a que apresentou o maior endividamento (2,46), os estados do centro-oeste e sul apresentaram, respectivamente, endividamento de 1,81 e 1,62. Em todos os casos, o teste de médias demonstrou que existe diferença significativa.

Adicionalmente, realizou-se o teste de correlação de Pearson entre as variáveis independentes e o endividamento dos estados brasileiros. O teste indica que partidos de direita têm relação negativa com o endividamento. Estados da região norte têm relação negativa com o endividamento, enquanto os estados situados na região sudeste, centro-oeste e sul demonstraram relação positiva com o endividamento.

Para testar a Equação 2 e confirmar as relações esperadas, realizou-se uma regressão linear múltipla com dados em painel, a qual está evidenciada na Tabela 3.

Tabela 3 - Resultados da Regressão Linear Múltipla com Dados em Painel

Tabela 3 - Resultados da Regressão Linear Múltipla com Dados em Painel

Prob > F	R <sup>2</sup>	VIF	DW	Teste BP/CW	Teste White	Teste B e P	F de Chow	Teste Hausman	Nº OBS
0,0000	0,2737	1,49	1,834184	0,0000	0,0013	0,0000	0,0000	0,0141	459
Variáveis Independentes		Efeitos Fixos							
	Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	Interv. Conf. 95%				
AE	-0,13	0,12	-1,08	0,279	-0,36	0,10			
MGP	0,03	0,14	0,20	0,845	-0,25	0,30			
PME	-0,12	0,12	-0,97	0,332	-0,36	0,12			
POP	0,30	0,08	3,72	0,000***	0,14	0,46			
ESQ	0,40	0,13	3,05	0,002***	0,14	0,65			
DIR	-0,02	0,10	-0,15	0,877	-0,22	0,18			
CP	0,18	0,12	1,47	0,142	-0,06	0,42			
N	-0,22	0,13	-1,65	0,101	-0,48	0,04			
SE	0,91	0,24	3,85	0,000***	0,44	1,37			
CO	0,41	0,17	2,42	0,016**	0,08	0,75			
S	0,34	0,15	2,25	0,025**	0,04	0,64			
cons	-3,52	1,25	-2,82	0,005***	-5,98	-1,07			

\*\*\* Significância ao nível de até 0,01; \*\*Significância ao nível de até 0,05; \* Significância ao nível de 0,10

\*\*\* Significância ao nível de até 0,01; \*\*Significância ao nível de até 0,05; \* Significância ao nível de 0,10

O teste de Chow indicou que a hipótese nula de que todos os interceptos são iguais (POLS) foi rejeitada, portanto, o mais recomendado é o modelo com efeitos fixos. O teste de Hausman rejeitou a hipótese nula de que o modelo de correlação dos erros é adequado (efeitos aleatórios). Assim, com base nestes testes no caso deste estudo, o modelo com efeitos fixos é mais recomendado.

Observa-se que a modelagem da Equação 2, composta de 459 observações, foram significantes ao nível de 1% para a amostra dos estados desta pesquisa. O R<sup>2</sup>, que representa a proporção da variação amostral da variável dependente explicada pelas variáveis explicativas (Wooldridge, 2003), é de 27,37%. O modelo não apresenta problemas de autocorrelação, uma vez que o Durbin-Watson é 1,83, dentro do limite aceitável (Hill, Judge, & Griffiths, 2010). Não há problemas de multicolinearidade, conforme indica o teste VIF (1,49 < 10), medida de quanto a variância de cada coeficiente de regressão estimado aumenta devido à multicolinearidade (Fávero, Belfiores, Silva, & Chan, 2009). O teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg (0,0000), e o teste de White (0,0013), indicam ter problemas de heterocedasticidade nos resíduos, justificando-se possivelmente pela utilização de variáveis *dummies*, gerando alguma discrepância entre os dados (Gujarati, 2006), no entanto, para confiabilidade e robustez, aplicou-se a correção robusta de White.



Observa-se que o ano eleitoral, a mudança do gestor público e o mandato eleitoral não influenciam o endividamento dos estados brasileiros, já que não foram estatisticamente significantes, o que indica que o ciclo político oportunista não tem influência no endividamento dos estados. Entretanto, observa-se que as variáveis POP, ESQ, SE, CO e S demonstraram coeficientes estatisticamente significativos ao nível de 1% e 5%.

Entre os aspectos demográficos, verificou-se que a variável população dos estados brasileiros demonstra relação positiva com o endividamento, sugerindo que estados mais populosos tenham um endividamento maior frente aos demais. Outro aspecto demográfico analisado foi a região: observou-se que as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul também têm relação positiva com o endividamento, o que corrobora com a análise anterior, já que são regiões mais populosas, o que justifica apresentarem, também, influência positiva com o endividamento.

No que se refere ao aspecto ideológico, os resultados demonstraram que existe influência positiva do partido de esquerda com o endividamento. Partidos de esquerda tendem a ter um endividamento maior em relação aos de centro, confirmando as inferências estatísticas anteriores.

Estes resultados permitem rejeitar as hipóteses H1, H2 e H3, já que não se obteve significância estatística nos testes realizados, sugerindo não haver relação entre as três variáveis de interesse (AE, MGP e PME) e o endividamento dos estados. As demais variáveis (POP, ESQ, SE, CO e S) demonstraram relação estatística significativa. Apesar de os resultados encontrados não representarem o esperado, os mesmos permitem discussões importantes, que serão exploradas na próxima seção.

## 4.2 Discussão dos Resultados

### 4.2.1 Ano Eleitoral

O ano eleitoral não demonstrou relação significativa com o endividamento público dos estados brasileiros, demonstrando que não existe variação significativa do endividamento em ano eleitoral. Esta evidência permitiu rejeitar a hipótese H1. O resultado contrasta diversas evidências anteriores de outros estudos (Blais & Nadeau, 1992; Clingermyer & Wood, 1995; Galli & Rossi, 2002; Ashworth et al., 2005; Shi & Svensson, 2006; Geys, 2007; Lago & Lago, 2008; Bastida et al., 2013). Entretanto, corrobora com os achados de Jochimsen e Nuscheler (2011).

Os resultados não corroboram com a maior parte da literatura, o que até sugeriria outros estudos nesse sentido, visto que poderia justificar a existência de assimetria de informação entre o gestor público e a sociedade, ou até mesmo o gerenciamento de resultados no setor público, os quais poderiam ser realizados devido à existência de divulgação de informações incompletas com o objetivo de aumentar a sua probabilidade de reeleição (Rogoff, 1990; Rogoff & Sibert, 1988; Vicente & Nascimento, 2012).

Por isso, o caso democrático brasileiro e da existência de uma lei que regula a disciplina fiscal reforçam a inexistência do uso de endividamento como mecanismo oportunista na competição política.

O aumento ou redução do endividamento em ano de eleição não foi significativo e pode se justificar por um esforço dos políticos para demonstrar aos eleitores seu compromisso com a gestão econômica responsável e, conseqüentemente, buscar apoio eleitoral nesse sentido (Rogoff & Sibert, 1988). Assim, os eleitores no controle social e os órgãos de controle externo podem estar impedindo a manipulação do endividamento, o que acaba sendo fortalecido até mesmo pela LRF, visto que os eleitores perceberiam essas ações e realizariam ações de compensação (Blais & Nadeau, 1992). Até mesmo poderia justificar a existência de um compromisso político entre os governos atuais e futuros (Pettersson-Lidbom, 2001).



#### 4.2.2 *Mudança do Gestor Público*

A mudança do gestor público também não demonstrou relação estatística significativa, o que fez rejeitar a hipótese H2. Esta evidência corrobora com os estudos de Jones e Olken (2005) e Brender e Drazen (2013) e contrasta com outras pesquisas realizadas de forma semelhante (Tsebelis & Chang, 2004; Sáez, 2016; Queiroz, 2017).

Assim como o estudo de Brender e Drazen (2013) relacionado à composição das despesas públicas, os achados obtidos neste estudo evidenciam que um gestor recém-eleito pode levar um tempo considerável para efetuar mudanças na composição dos gastos governamentais e do próprio endividamento, justificado pelas restrições legais, burocráticas, do processo orçamentário brasileiro e da aprendizagem após a eleição.

O trabalho de Queiroz (2017) observou uma relação significativa da mudança do gestor pública com a mudança da composição dos gastos públicos. O estudo também foi realizado com os estados brasileiros. Comparando-se esses achados, permite-se discutir o fato de que apesar de haver alteração na alocação orçamentária em função da mudança do gestor público, essa mudança não altera o endividamento do ente público. Pelos pressupostos da teoria da escolha pública e dos ciclos políticos, poderia justificar, novamente, a existência de gerenciamento de resultado no setor público e a assimetria de informação (Rogoff, 1990; Rogoff & Sibert, 1988; Vicente & Nascimento, 2012).

#### 4.2.3 *Mandato Eleitoral*

O primeiro mandato eleitoral dos governadores não demonstrou relação significativa com o endividamento, o que permitiu rejeitar a hipótese H3. Assim, apesar do coeficiente da regressão evidenciada na Tabela 3 ser negativo, a relação não foi estatisticamente significativa, o que não permitiu confirmar evidências anteriores (Peltzman, 1992; Besley & Case, 1995; Meneguín & Bugarin, 2001; Brender, 2003; Brenden & Drazen, 2008; Alt et al., 2011).

A interpretação que se faz deste resultado é de que governadores em primeiro ou segundo mandato não alteram seu endividamento em função dessa característica. Não existiria um comportamento oportunista do governador com a intenção de alterar o endividamento considerando a possibilidade de reeleição (Besley & Case, 1995). Uma justificativa é o fato de que a possibilidade de reeleição incentivaria os governantes a não se endividarem de forma excessiva, pois eles mesmos poderiam arcar com os custos da dívida caso fossem reeleitos (Meneguín & Bugarin, 2001).

Assim, apesar de Brender (2003), em Israel, e Brender e Drazen (2008), em países de baixo e alto desenvolvimento, encontrarem evidências de que o aumento de déficits e da dívida diminui a probabilidade de reeleição, e o de Alt et al. (2011), nos EUA, observar que os resultados das políticas são melhores quando os gestores são candidatos à reeleição, no caso brasileiro, os governantes dos estados não tendem a alterar o endividamento considerando uma possível reeleição.

#### 4.2.4 *Aspectos demográficos, Ideologia Política e Coligação Partidária*

Entre os aspectos demográficos, observou-se que as variáveis relacionadas a população e às regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul foram significantes estatisticamente, demonstrando que exercem influência positiva sobre o endividamento dos estados brasileiros. Os estados maiores recebem maiores demandas de gastos públicos de seus cidadãos (Ashworth et al., 2005), o que justifica o aumento dos gastos estaduais e, conseqüentemente, o endividamento (Rivers & Yates, 1997). Regiões mais desenvolvidas, como a Sudeste, Centro-Oeste e Sul, também exigem dos governantes maior nível de gastos, o que eleva o endividamento.

A ideologia política demonstrou significância ao nível de 1%, mas somente com a variável que relaciona os partidos dos governantes à ideologia de esquerda em referência aos de centro. Os resultados da regressão indicam que estados governados por partidos de esquerda apresentam maiores níveis de endividamento do que os demais estados governados por partido de centro e de direita. Esta evidência parece confirmar as evidências anteriores de Tufte (1978), Hibbs (1987), Seitz (2000) Allers et al. (2001) e Tellier (2006). Partidos de esquerda contribuem para aumentar a renda e os desembolsos políticos (Dickson & Yu, 1997), os de direita se apresentam como fiscais responsáveis (Bartels, 2008).

Este resultado, aliado às observações anteriores, sugerem que os governantes estabelecem seu endividamento de acordo com um comportamento ideológico, e não oportunista. Esse comportamento se justificaria pelo fato de que os governantes focam em determinados objetivos sociais e políticos, não sendo movidos pela vontade de manutenção no poder e na busca pela popularidade junto aos eleitores (Vicente & Nascimento, 2012).

A coligação partidária não indicou relação significativa com o endividamento dos estados. A variação nos níveis de endividamento não é suficiente para justificar que a coligação entre governadores e presidentes explicaria o endividamento que os estados estabelecem. Assim, não é possível confirmar que governadores e presidentes que pertencem à mesma coligação partidária tendem a desequilibrar suas contas devido à maior facilidade em receber recursos e superar adversidades, o que contrasta com evidências anteriores (Ferreira & Bugarin, 2007; Rumi, 2014).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa pesquisa revelaram que o ano eleitoral não determina o endividamento dos estados brasileiros. Esse resultado contrasta a maior parte da literatura e pode justificar a existência de assimetrias de informação ou gerenciamento de resultados no setor público, mas isso somente poderia ser comprovado em estudos posteriores. A não variação do endividamento em função do ano eleitoral pode justificar um esforço dos políticos em demonstrar uma gestão econômica e responsável. Esse resultado também indica que os esforços do controle social e externo e da LRF têm sido suficientes para conter o endividamento dos estados no ano eleitoral.

A variação no endividamento também não é explicada pela mudança do gestor público, o que pode se justificar pela existência de restrições legais, burocráticas, do processo orçamentário brasileiro e da aprendizagem após a eleição. Observando o contexto teórico e empírico de estudos anteriores, reconhecer que existe determinação da mudança do gestor público em função da mudança na composição dos gastos públicos, mas não em função do endividamento, poderia justificar novamente a existência de assimetria de informação e gerenciamento de resultados nos estados brasileiros.

Governadores em primeiro ou segundo mandato não alteram o endividamento em função dessa característica. Não existe comportamento oportunista do governador considerando a possibilidade de reeleição. Estes gestores não seriam incentivados a se endividarem de forma excessiva no primeiro mandato, pois eles mesmos poderiam arcar com os custos da dívida caso fossem reeleitos.

Aspectos demográficos e a ideologia política influenciam o nível de endividamento público dos estados. Estados mais populosos ou aqueles das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul exercem impacto positivo no endividamento. Estados governados por partidos de ideologia de esquerda também impactam positivamente o endividamento. Governadores aliados a partidos de esquerda contribuem para aumentar a renda e os desembolsos políticos, por isso teriam níveis maiores de endividamento.

Os resultados dessa pesquisa indicam que, ao contrário de existir um comportamento oportunista dos governadores, parece que os mesmos são movidos considerando aspectos ideológicos, os quais focariam em determinados objetivos sociais e políticos. Este estudo busca contribuir com a literatura e avançar nas

discussões sobre os ciclos políticos já que até então não existiam pesquisas que abordaram esse tema com enfoque sobre o endividamento dos estados brasileiros.

Entre as limitações dessa pesquisa está pelo método utilizado, a regressão linear múltipla pelo método dos mínimos quadrados, utilizando da correção robusta de White, além da escolha da amostra, da extensão temporal e das variáveis utilizadas. Ressalta-se que utilizar outras variáveis poderia demonstrar resultados diferentes e também da própria escolha de mensuração do endividamento utilizada. Entretanto, o cuidado estatístico e a utilização de uma ampla amostra não se espera que os resultados sejam diferentes para o caso brasileiro. A impossibilidade (em termos de dados) de uma análise que abarcasse desde o início da década de 1990 é uma limitação para a análise proposta.

## REFERÊNCIAS

- Alesina, A. F., & Perotti, R. (1999). Budget deficits and budget institutions. In *Fiscal institutions and fiscal performance* (pp. 13-36). University of Chicago Press.
- Alt, J., Mesquita, E. B., Rose, S. (2011). Disentangling accountability and competence in elections: evidence from US term limits. *The Journal of Politics*, 73(1), 171-186.
- Arvate, P. R., Mendes, M., Rocha, A. (2010). Are voters fiscal conservatives? Evidence from Brazilian municipal elections. *Estudos Econômicos*, 40(1), 67-101.
- Ashworth, J., Geys, B., Heyndels, B. (2005). Government weakness and local public debt development in Flemish municipalities. *International Tax and Public Finance*, 12(4), 395-422.
- Bartels, B. (2008). Beyond "fixed versus random effects": a framework for improving substantive and statistical analysis of panel, time-series cross-sectional, and multilevel data. *The Society for Political Methodology*, 1-43.
- Bastida, F., Beyaert, A., Benito, B. (2013). Electoral cycles and local government debt management. *Local Government Studies*, 39(1), 107-132.
- Besley, T., Case, A. (1995). Does electoral accountability affect economic policy choices? Evidence from gubernatorial term limits. *The Quarterly Journal of Economics*, 110(3), 769-798.
- Blais, A., Nadeau, R. (1992). The electoral budget cycle. *public choice*, 74(4), 389-403.
- Borge, L. E. (1995). Economic and political determinants of fee income in Norwegian local governments. *Public Choice*, 83(3), 353-373.
- Brender, A. (2003). The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989–1998. *Journal of Public Economics*, 87(9), 2187-2205.
- Brender, A., Drazen, A. (2005). Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of monetary Economics*, 52(7), 1271-1295.
- Brender, A., Drazen, A. (2008). How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. *The American Economic Review*, 98(5), 2203-2220.
- Brender, A., Drazen, A. (2013). Elections, leaders, and the composition of government spending. *Journal of Public Economics*, 97, 18-31.
- Clingermayer, J. C., Wood, B. D. (1995). Disentangling patterns of state debt financing. *American Political Science Review*, 89(1), 108-120.
- Corbari, E. C. (2008). *Grandes municípios brasileiros: estrutura do endividamento e impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Dickson, V., Yu, W. (1997). Spending by Canadian provincial governments: An empirical analysis. *Public Finance= Finances publiques*, 52(2), 145-60.
- Drazen, A. (2001). The political business cycle after 25 years. *NBER Macroeconomics Annual*, 15, 75-138.
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), 135-150.

- Ferreira, I. F., Bugarin, M. S. (2007). Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 61(3), 271-300.
- Galli, E., Rossi, S. P. (2002). Political budget cycles: the case of the Western German Länder. *Public choice*, 110(3), 283-303.
- Gerigk, W., Clemente, A., Ribeiro, F. (2014). O padrão do endividamento público nos municípios brasileiros de porte médio após a lei de responsabilidade fiscal. *Revista Ambiente Contábil*, 6(1), 122.
- Geys, B. (2007). Government weakness and electoral cycles in local public debt: Evidence from Flemish municipalities. *Local Government Studies*, 33(2), 237-251.
- Greene, W. H. (2002). *Econometric analysis* (5ª ed.). Prentice Hall: Nova Jersey.
- Jochimsen, B., Nuscheler, R. (2011). The political economy of the German Länder deficits: weak governments meet strong finance ministers. *Applied Economics*, 43(19), 2399-2415.
- Jones, B. F., Olken, B. A. (2005). Do leaders matter? National leadership and growth since World War II. *The Quarterly Journal of Economics*, 120(3), 835-864.
- Klein, F. A. (2010). Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *Revista de Administração Pública*, 44(2), 283-337.
- Klein, F. A., Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36.
- Lago, I., Lago, S., 2008. Explaining budgetary indiscipline: evidence from Spanish municipalities. *Public Finance and Management*, 8(1), 36-69.
- Linhares, F., Penna, C., Borges, G. (2013). Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. *Revista de Administração Pública-RAP*, 47(6), 1359-1373.
- Macedo, J. D. J., Corbari, E. C. (2009). Efeitos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. *Revista Contabilidade Finanças-USP*, 20(51).
- Matias-Pereira, J. (2006). *Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Mendes, M. J., Rocha, F. F. (2003). Transferências intergovernamentais e captura de recursos públicos nos municípios brasileiros. *Brasília: ESAF*, 41.
- Meneguim, F. B., Bugarin, M. S. (2001). Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Economia aplicada*, 5(3), 601-622.
- Nakaguma, M. Y., Bender, S. (2010). Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 64(1), 3-24.
- Nooruddin, I., Chhibber, P. (2008). Unstable politics: fiscal space and electoral volatility in the Indian states. *Comparative Political Studies*, 41(8), 1069-1091.
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The review of economic studies*, 42(2), 169-190.
- Peltzman, S. (1992). Voters as fiscal conservatives. *The Quarterly Journal of Economics*, 107(2), 327-361.
- Persson, T., Roland, G., Tabellini, G. (1997). Separation of powers and political accountability. *The Quarterly Journal of Economics*, 112(4), 1163-1202.
- Petersson-Lidbom, P. (2001). An empirical investigation of the strategic use of debt. *Journal of Political Economy*, 109(3), 570-583.
- Pinto, N. G. M., Coronel, D. A., Vieira, K. M., Ceretta, P. S. (2015). A influência dos fatores socioeconômicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 11(1), 393-419.
- Queiroz, D. B., Souza, A. G. S. F., Morais, L. M. F., Silva, V. K. R. (2016, junho). Mandatos eleitorais e ciclos político-orçamentários: evidências dos estados brasileiros. *Anais do X Congresso Anpcont*, Ribeirão Preto, SP, Brasil, 10.
- Queiroz, D. B. (2017, junho). Influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros. *Anais XI Congresso Anpcont*, Belo Horizonte, MG, Brasil, 11.

- Rivers, M. J., Yates, B. M. (1997). City size and geographic segmentation in the municipal bond market. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 37(3), 633-645.
- Rogoff, K., Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *The Review of Economic Studies*, 55(1), 1-16.
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium Political Budget Cycles. *American Economic Review* 80, 21–36.
- Rosenberg, J. (1992). Rationality and the political business cycle: The case of local government. *Public choice*, 73(1), 71-81.
- Rumi, C. (2014). National electoral cycles in transfers to subnational jurisdictions. Evidence from Argentina. *Journal of Applied Economics*, 17(1), 161-178.
- Sáez, L. (2016). The Political Budget Cycle and Subnational Debt Expenditures in Federations: Panel Data Evidence from India. *Governance*, 29(1), 47-65.
- Sakurai, S. N., Menezes, N. A., Filho. (2008). Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, 137, 301-314.
- Sakurai, S. N., Menezes, N. A., Filho. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. *Public Choice*, 148, 233-247.
- Seitz, H. (2000). Fiscal policy, deficits and politics of subnational governments: The case of the German Laender. *Public choice*, 102(3), 183-218.
- Shi, M., Svensson, J. (2006). Political budget cycles: do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*, 90, 1367-1389.
- Tellier, G. (2006). Public expenditures in Canadian provinces: An empirical study of politico-economic interactions. *Public Choice*, 126(3), 367-385.
- Tsebelis, G., Chang, E. C. (2004). Veto players and the structure of budgets in advanced industrialized countries. *European Journal of Political Research*, 43(3), 449-476.
- Vicente, E. F. R., Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6, 106- 126.